



O *Ethos* que Unifica

Isaias Silva¹

Rita de Cássia Marques Kleinke²

Viviane Mayer Daldegan³

Resumo

A educação, no contexto contemporâneo, possui o grandioso papel de incentivar a sociedade para uma mudança de postura frente as diferenças e por assim dizer, pautar-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É nesse sentido que situamos o Ensino Religioso como uma área de conhecimento merecedora de estudo com leitura nas mais diversas áreas do conhecimento. Portanto, a idéia que se propõe é uma reflexão fundamentada na Pedagogia da Alteridade, não voltada para a vivência de valores enquanto estudo isolado dos mesmos, mas uma postura crítica que apóia-se naquilo que o outro tem a me dizer, entendendo dessa forma, a diversidade dos fenômenos religioso. Em virtude dessa mentalidade tem-se a intenção de despertar a sociedade para o ethos alicerçado no saber ouvir o diferente. Para isso, é importante ter claro a diferença entre a reciprocidade e a gratuidade, grande desafio da prática pedagógica do Ensino Religioso. Esta

¹ Coordenador de Filosofia de 4ª a 8ª série do Ensino Fundamental da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus (AFESBJ - Curitiba). Professor da área de Ensino Religioso de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental na AFESBJ (Curitiba). Licenciado em Ciências Religiosas (PUCPR). Licenciado em Filosofia (FACEL - Curitiba). Especialista em comunicação e semiótica (PUCPR). Aluno da Especialização em Metodologia do Ensino Religioso (Faculdade Bagozzi - Curitiba).

² Coordenadora do Ensino Religioso de 4ª a 8ª série do Ensino Fundamental e da Pastoral Escolar da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus (AFESBJ - Curitiba). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Especialista em Administração Escolar (UNIFAE - PR). Especialista em Educação Especial (PUCPR). Mestra em Engenharia de Produção - Mídia e Conhecimento (UFSC). Aluna da Especialização em Metodologia do Ensino Religioso (Faculdade Bagozzi - Curitiba).

³ Coordenadora do Ensino Religioso de Educação Infantil e de 1ª a 3ª série do Ensino Fundamental da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus (AFESBJ - Curitiba). Professora da área de Ensino Religioso de 1ª a 7ª série do Ensino Fundamental na AFESBJ (Curitiba). Licenciada em Pedagogia (UFPR). Especialista em Administração Escolar (UNIFAE - PR). Aluna da Especialização em Metodologia do Ensino Religioso (Faculdade Bagozzi - Curitiba).

proposta acarretará numa educação global, desvinculada de preconceitos, uma herança para as gerações futuras, tarefa fundamental da escola enquanto construtora e reconstrutora dinâmica da diversidade de saberes.

Palavras- chave: Educação, Ensino Religioso, ethos, alteridade, gratuidade, reciprocidade, fenômeno religioso, saber ouvir.

Introdução

Vivemos em um momento precioso, onde as relações humanas e as instituições que contribuem ao convívio entre as pessoas passam por um processo de revisão e reelaboração, em função das aspirações que nossa humanidade exige nestes tempos de transformação tecnológica, econômica, política e social: a cada dia, graças à tecnologia que nos cerca, ficamos mais próximos uns dos outros. Mas, será que estamos preparados para conviver com esta proximidade?

Um olhar mais atento sobre a realidade pode nos dar uma resposta pessimista sobre isso. Na realidade, nestes tempos marcados pela aproximação graças às modernas tecnologias, precisamos apreender uma nova prática: olhar com carinho para o outro, compreendendo o valor de suas peculiaridades e percebendo a riqueza que há nas diversas culturas que convivem em nosso planeta, buscando deixar de lado o preconceito que vem do desconhecimento e que acaba nos afastando uns dos outros, levando-nos ao isolamento ou até mesmo à violência.

Para que essa mudança de olhar possa ocorrer, muitas ações podem ser propostas. E entre tantas, uma parece ser essencial: reavaliar o papel da escola, passando a percebê-la como um instrumento importante para a construção de uma nova consciência individual, pautada pelo respeito às diferenças e pela preocupação em superar as barreiras impostas pelo preconceito. Na medida em que ela mesma se transforme e busque uma prática mais integradora e unificadora, mais eficiente será em sua missão de contribuir à formação de uma sociedade mais fraterna, porquanto possa contribuir à formação de pessoas cada vez melhores.

O viés da gratuidade

Toda pessoa tem suas características pessoais, que variam quanto ao seu aspecto físico, as suas competências individuais, a sua origem familiar e o meio social em que vive. Essa soma de elementos constrói a grande diversidade de agentes sociais que convivem neste mundo, cada qual portador de diversas obrigações e muitos direitos.

Ao discutirmos a necessidade de uma nova postura frente às diferenças com que convivemos em nossos dias, uma merece especial atenção pelo peso que impõe às relações entre os diferentes: a opção religiosa de cada um. Segundo afirma a Organização das Nações Unidas (ONU), no artigo número dezoito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948,

“Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular” (ONU, 2007).

Tendo por base tal direito assegurado a todos os indivíduos e pensando no papel da escola como espaço de transformações nas relações entre os indivíduos, podemos afirmar que o Ensino Religioso, enquanto área de conhecimento, acaba tendo como um de seus objetivos fundamentais contribuir à vigência desse artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para isso, é necessária uma outra profunda transformação, agora um tanto mais localizada: trata-se de rever a concepção e a forma como se desenvolve o Ensino Religioso em nossas escolas, tornando-o mais afinado com os tempos em que vivemos e, sobretudo, com suas necessidades, principalmente quanto ao respeito às diferenças.

Assim, é mister questionar sobre como se desenvolve a sua proposta de estudo, levando em conta tratar-se de uma área que necessita do entendimento de outras disciplinas como a História, a Geografia, a Arte e a Filosofia, para que possa ser melhor compreendida, fundamentada e abordada. O Ensino Religioso é uma disciplina que dialoga de perto com outras disciplinas e, por isso, não é tão simples de compreender ou de aplicar, ao contrário daquilo que pensam tantos que desconhecem os eixos que norteiam tal área de conhecimento, muitas vezes por não estar inserido no contexto pedagógico da mesma ou por não compreender suas premissas.

Pensando nisso, torna-se pertinente estudar a proposta do Ensino Religioso fundamentando-se em um *ethos*⁴ que dialoga com o outro, e que por isso pode despertar à “necessidade de um verdadeiro reconhecimento da dimensão religiosa, como um saber

⁴ A palavra *ethos* significava para os gregos antigos a morada do homem, isto é, a natureza, uma vez processada mediante a atividade humana sob a forma de cultura. Cf.: JAEGER, Werner. **Paidéia**. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes / Brasília:DF: UNB, 1989.

necessário para que o ser humano possa ter um conhecimento integral de si mesmo” (FERNANDES, 2000), ou seja, dando espaço para que o outro se descubra enquanto ser religioso e permitindo-lhe poder estruturar o sentido de sua existência.

O *ethos* no Ensino Religioso é o convite à reflexão, não como imposição ideológica e sim para uma transvaloração da paz enquanto bem supremo. É resgatando a essência deste bem supremo que se resgata a questão da humanidade, fundamentando-se na Pedagogia da Alteridade⁵, que nada mais é do que o princípio da substituição, do colocar-se no lugar do outro, de “apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença” (FREI BETTO, 2007). Aqui se encontra um dos princípios da educação que é o de humanizar o ser humano. A universalização da ética pode partir deste princípio de educação pois, de acordo com Heerdt,

“Vivemos, hoje, uma situação que reflete algumas das conseqüências vivas de uma crise de civilização, onde os valores fundamentais acabam abafados ou relegados a uma dimensão bem rara. O que mais impressiona é a indiferença diante das necessidades mais simples do dia-a-dia. Diante de um futuro considerado incerto, há uma tendência das pessoas voltarem-se para si mesmas, num egoísmo que rompe os laços de solidariedade com o próximo” (HEERDT, 2005, p. 11).

Não entendamos, porém, diante dessas colocações, uma concepção de Ensino Religioso fundamentado simplesmente na reflexão sobre valores, mesmo porque é um engodo refletir sobre valores em momentos estanques e descontextualizados. O que se propõe é um repensar o outro, esse outro que possui experiências diferentes, que possui escolhas diferentes, que possui uma cultura diferente e que, por ser diferente, tem em si uma riqueza pessoal imensurável. Somente o conhecimento do outro a partir dele mesmo, lembrando que ele é diferente de mim em todos os aspectos, pode garantir um Ensino Religioso que contemple a Declaração Universal dos Direitos Humanos, principalmente em seu artigo dezoito.

Nesse aspecto, qual o melhor caminho para um *ethos* no Ensino Religioso? Seria mesmo a reciprocidade? A economia pode estar fundamentada na reciprocidade. Já o *ethos* no Ensino Religioso deve estar baseado na gratuidade: é esta a mentalidade a ser difundida no fazer pedagógico dessa área de conhecimento. Este *ethos* só pode existir quando se pensa na existência do outro como um outro, respeitando-o como tal, ou seja, quando se busca apoio numa Pedagogia da Alteridade.

⁵ “[...] o princípio da ética da alteridade é o respeito pelo diferente. O rosto do outro nos convoca, nos interpela e nos convida. A ética da alteridade no rosto do outro revela o seu infinito. Esta ética quebra os paradigmas tradicionais estabelecidos por outras éticas. O que identifica o outro é o seu rosto, e é muitas vezes no rosto do outro que eu encontro a minha própria identificação. Cada rosto é diferente, mas me dá o sentido do respeito, face a face, olho no olho (alteridade), eu me vejo no outro, pois há uma interpelação quando estamos diante do rosto do outro” (SCHEMES, 2005, p. 22-23).

Sendo assim, a tolerância, apesar de ser um grande passo para a promoção da paz, acaba não fazendo muita diferença, pois está calcada na reciprocidade. O *ethos* no Ensino Religioso vai além, pois está alicerçado no ouvir, que é o princípio da gratuidade. Para tanto, surge um questionamento: como respeitar as pessoas de tradições religiosas diferentes sabendo que posso encontrar o desrespeito e a violência por parte do outro em relação àquelas crenças que trago comigo mesmo? Se o meu pensamento estiver fundamentado no princípio da reciprocidade, isso pode ser muito doloroso pois o que espero pode não chegar porque baseia-se nos meus anseios. É por isso que tolerar não é o suficiente, pois a tolerância pode estar acompanhada pela indiferença. A tolerância pode até contribuir para a liberdade religiosa, assegurada como um direito humano fundamental, mas ela não abre, necessariamente, espaço para o saber ouvir:

“Como é estranho esse companheirismo dos buscadores de Deus em todas as terras, elevando suas vozes, das mais diferentes maneiras possíveis, até o Deus criador de toda a vida. Como soarão elas, vistas de cima? Uma Babel confusa ou vozes se misturando em estranha e etérea harmonia? Será que uma fé lidera as outras ou as muitas partes se distribuem em contraponto e antífona, ou mesmo formam um coro a plenos pulmões? Não temos como saber. Tudo o que podemos fazer é tentar ouvir cada voz, com cuidado e plena atenção, quando ela se dirige ao divino”. (SMITH, 1986, p. 20).

Desta maneira, o *ethos* no Ensino Religioso vai, paulatinamente, transformando o tolerar em ouvir: daí surgir a Pedagogia da Alteridade, foco central do *ethos* no Ensino Religioso, porque parte do princípio da aceitação e da gratuidade. O princípio da alteridade está centralizado no outro, pois é a partir do outro que nós de fato aprendemos. É a partir do outro que se promove a liberdade, que se promove a valorização da diferença enquanto tal, porque, segundo Jacquard, *apud* Heerdt,

“É claro que a pessoa em que me transformei foi modelada pelo conjunto das informações fornecidas pelo meu patrimônio genético e pelo conjunto das regras, comportamentos, opiniões emitidas pelos homens que me rodeiam. Sou o produto de encontro de mecanismos concretos e de influências psíquicas. Mas acontece que este produto apresenta tal complexidade que é capaz de participar na sua própria construção. Essa auto-estruturação nos permite dar nossa contribuição para o que somos e, sobretudo, para aquilo em que nos transformamos”. (JACQUARD, 1998, p. 97 *apud* Heerdt, 2005, p.48).

Esse futuro de paz aparentemente pode parecer bastante utópico, principalmente num mundo tão agitado por guerras em nome da fé. No entanto, as coisas podem ser diferentes, isso se for iniciado um processo transformador. Podemos pensar um pouco mais nessas idéias propostas acima onde se redescobrem os valores no Ensino Religioso enquanto *ethos*, não por eles mesmos, desvinculados do ser humano, como se fossem simplesmente uma espécie de caixinha que se retira do armário e se contempla, mas sim como elementos inerentes à pessoa,

ao outro. E, nessa construção de uma cultura de paz onde as diferenças religiosas são vistas com respeito pelos diferentes, podemos pensar como Huston Smith, para quem

“As pessoas que escutam trabalham pela paz, uma paz que não é construída sobre hegemonias eclesiásticas ou políticas, mas sobre a compreensão e o interesse mútuo. Pois a compreensão, pelo menos em áreas tão inerentemente nobres como as grandes fés da humanidade, traz o respeito; e o respeito prepara o caminho para um poder mais elevado, o único poder que apaga as chamas do medo da suspeita e do preconceito, oferecendo os meios para que os povos desta pequena, porém preciosa terra, se unam uns aos outros [...]. Assim, precisamos ouvir para compreender, [...] porque é impossível amar o outro sem ouvi-lo. Se quisermos ser fiéis a essas religiões, devemos escutar os outros com tanta profundidade e atenção quanto desejamos que eles nos escutem; Thomas Merton afirmou que Deus fala conosco em três lugares: nas escrituras, no mais íntimo do nosso ser e na voz do estranho. Devemos ter a cortesia de receber, além de dar, porque não há melhor maneira de despersonalizar o outro do que falar sem também ouvir” (SMITH, 1986, p. 366).

Assim, o ouvir enquanto fazer pedagógico do Ensino Religioso perpassa por toda uma teoria fundamentada no cuidado com o outro. Portanto, este saber epistemológico requer estudo e conhecimento do fenômeno religioso, bem como o entendimento do seu objeto de estudo, que é o entendimento a respeito do sagrado. É nisso que se coloca um profundo desafio para a prática pedagógica do Ensino Religioso: estar disposto a superar o senso comum que perpassa o coletivo humano.

O viés da educação

Para a compreensão da razão de ser do Ensino Religioso, é preciso partir de uma concepção de educação que o entenda como um processo global, que reúne todos os níveis de conhecimento, dentre os quais está o fenômeno religioso. Nesse sentido, essa área de conhecimento, cujo enfoque é justamente trabalhar a dimensão religiosa que habita em cada ser, legalmente amparada pelo artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, poderá contribuir para a formação integral do indivíduo educando-o à alteridade, ou seja, para uma cultura escolar e social inclusiva, mais humana e menos preconceituosa, preocupada em contribuir para formar cidadãos conscientes e atuantes em seu meio.

Pensando nisso, é pertinente ter a clareza de que toda sociedade possui um *ethos* cultural que lhe confere um caráter particular e fundamenta a sua organização, seja ela política, social ou religiosa. E não é senão a partir da compreensão desse *ethos* que poderemos contribuir com as novas gerações, no seu relacionamento com novas realidades que nos são propostas como, por exemplo, o individualismo e o contexto da era do descartável.

Sendo assim, de acordo com Dalai Lama,

“[...] viver uma vida verdadeiramente ética, em que colocamos em primeiro lugar as necessidades dos outros e cuidamos de sua felicidade, é algo que tem extraordinárias implicações para nossa sociedade. [...] Por meio da bondade, da afeição, da honestidade, por meio da verdade e da justiça para com todos os outros é que asseguramos nossos próprios benefícios. [...] Não há como negar que a nossa felicidade está inextricavelmente entrelaçada à felicidade dos outros. Não há como negar que, se a sociedade sofre, nós também sofremos. Nem há como negar que quanto mais animosidade há em nossos corações, mais infelizes nos tornamos. Por isso, podemos rejeitar tudo o mais: religião, ideologia, toda a sabedoria recebida. Mas não podemos escapar à necessidade de amor e compaixão” (LAMA, 2000, p. 94 e 251).

Refletindo sobre estas colocações é que se torna necessário superar as errôneas e muitas vezes limitadas definições de ética e propor uma ética da consciência e da liberdade, em lugar da ética da lei e da obrigação. Para ilustrar essa idéia recorreremos ao professor Álvaro Vals, que afirma ser a ética uma “daquelas coisas que todo mundo sabe que são, mas que não são fáceis de explicar quando alguém pergunta” (VALS, 1994, p.7).

Na raiz da ética, como a contempla o Ensino Religioso, está a busca da transcendência que dá sentido à vida, que proporciona a plena realização do ser humano pessoal e socialmente. Sendo assim, é plausível o entendimento de que comumente se simplifica ou se confunde ética com expressões como liberdade, justiça, verdade ou norma; ou, ainda, com o cumprimento ou não de determinadas leis ou regras da sociedade: são distorções e ambigüidades que podem ocorrer. Porém, a função da ética seria mais refletir, problematizar e nortear a conduta humana do que definir termos. Se ela monopolizasse a tarefa de definir as coisas, como uma guardiã de plantão para julgar o que é certo ou errado, não poderia ser chamada de ética, pois seu sentido ficaria abreviado. Portanto, quando em uma determinada situação recorre-se à ética, deveríamos sempre lembrar que ela não é simpática à afirmação de idéias imutáveis, definitivas, circulares ou — o que é pior — inquestionáveis.

Por isso, é a partir dos princípios, e não dos rigorismos, que as normas práticas deveriam ser discutidas e estruturadas. O *ethos* no Ensino Religioso tem muito a contribuir com a mudança de atitudes do ser humano. Ao desejarmos uma educação integral, deveríamos pensar a ética como um princípio verdadeiramente transversal, isto é, que permeia com flexibilidade todas as outras preocupações da comunidade educativa. Pela abertura ética muitas são as possibilidades de ganhos educacionais: destaca-se, sobretudo, a promoção da processualidade, e não a simples adaptação às normas categóricas; consideram-se as biografias individuais, o que é um excelente meio motivador, pois todos nós carregamos nossa história, temos um projeto de vida e aprendemos quando o conhecimento se torna significativo para nós; surgem muitas aprendizagens e atitudes novas, pois passamos a

praticar a interdisciplinaridade, a avaliação e a auto-avaliação sincera.

Tudo isso leva ao engrandecimento do processo educativo e passamos a perceber com mais concretude que na educação ética todos são participantes. É por isso que ela é revolucionária: requer constante discussão e atualização de princípios e valores, teorias e práticas. A escola, envolvida com o seu entorno social, tem todos os materiais e, portanto, uma tarefa fundamental na educação ética das novas gerações: faz parte da tradição pedagógica a formação do caráter das pessoas. Também nas novas teorias sobre a escola está presente a função da escola, enquanto formadora de normas e de valores, sobretudo numa perspectiva crítica. A escola é parte da sociedade e a educação sofre sua influência e a influencia, daí a necessidade de que ela utilize todos os seus recursos para influenciar a sociedade no sentido de sua reconstrução, procurando favorecer a ocorrência de harmonia entre as pessoas, sua preocupação com a felicidade do outro e sua ação cuidadosa e positiva no complicado enredo das relações sociais.

O viés da ética

Nossa realidade, tanto no âmbito global como local, caracteriza-se por uma profunda assimetria, por uma desigualdade social muito aguda. Além das questões sociais, o mundo sofre uma multiplicidade de riscos ecológicos, atômicos, armas químicas, engenharia genética a serviço dos interesses nem sempre muito bem explicados de grupos econômicos, entre tantos outros que nos atemorizam a cada dia. A modernidade agonizante, fruto das patologias da razão da consciência, de uma razão tecnificada para favorecer o mundo sistêmico, por um lado fez explodir uma aceleração fantástica de invenções tecnológicas e de um desenvolvimento do mercado e, por outro, sufocou a idéia de alteridade.

Neste contexto, percebe-se um retorno do mundo ocidental ao sagrado e, em contrapartida, vê-se um mundo cada vez mais competitivo, em que aquele que não se atualiza perde o emprego. Vivemos em um mundo onde o idoso não tem voz e nem vez, precisando esperar horas em uma fila de posto de saúde, em um mundo que vive em conflitos e guerras, onde um quer ser melhor do que o outro para dominá-lo. Enfim, vivemos em um mundo no qual pessoas morrem ou matam em nome da religião, em nome de um deus.

É por tudo isso — e por muito mais, ainda! — que a educação deve estar comprometida com a vida e com a construção de seres humanos transformadores de sua realidade, não podendo permanecer alheia às catástrofes sociais que têm ocorrido envolvendo a práxis

religiosa e sem continuar se esquivando de um dos aspectos que fazem parte de sua tarefa enquanto instituição educadora: educar para a convivência harmoniosa, socializando o saber religioso como conhecimento historicamente acumulado, e deixando, assim, de manter tantas pessoas desinformadas reproduzindo preconceitos que geram intolerância.

Nesta realidade, o *ethos* no Ensino Religioso é um processo essencialmente coletivo no qual a aprendizagem e a construção do conhecimento se efetivam através dos relacionamentos entre os sujeitos, cada qual com suas diferenças e, também, semelhanças, e com o todo da vida. Nessa realidade, a educação torna-se um processo de conquistas que engendra a humanização e a libertação do ser humano.

A eticidade da educação compreende um processo aberto e de construção e reconstrução do conhecimento diante das necessidades que a vida humana e seu ambiente determinarem superando, assim, os determinismos do cognitivismo do paradigma da consciência. Trata-se de uma eticidade implícita em todo o processo educativo, seja ele formal ou informal. Da mais tenra idade até o fim da vida, todo o processo de aprendizagem e construção do conhecimento traz no seio de sua realização um desenvolvimento humano ético preocupado com a universalidade da vida de todos os seres humanos. Esta ética pergunta, constantemente, acerca de como devemos agir sobre as normas e conjuntos de valores, sem implicar em nenhum prejuízo para nenhum ser humano e para nenhuma forma de vida, todas necessárias para o bem estar de toda a humanidade.

Para Paulo Freire,

“Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária,[as diferentes religiões], não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo de entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo, ou escutá-la”. (FREIRE, 1996, p. 120)

A reflexão que nos propõe o Ensino Religioso, incluindo mesmo aqueles que fazem sua opção por negar uma religião, permite esclarecer posições diferentes e garante uma autenticidade na busca da integridade humana, além de colaborar à construção de uma sociedade melhor respeitando, em grau máximo, a alteridade — qualidade do que é o outro. Fernando Savater afirma que a “vida de cada ser humano é irrepitível e insubstituível. [...] Para sermos plenamente humanos temos de viver entre humanos, isto é, não apenas como os humanos, mas também com os humanos. Ou seja, em sociedade” (SAVATER, 1996, p. 15-16). Uma vez que, contemporaneamente, a diversidade é vista, na escola e no mundo, como ponto chave para a divisão ao invés de ser um elemento capaz de servir para a soma, Gruen

sinaliza: “eis que a escola, que deveria educar à convivência e ao respeito mútuo, se veria (e às vezes se vê) transformada em campo de batalha” (GRUEN, 1995, p. 45).

Por isso o Ensino Religioso na escola deve estar a serviço da transformação social, da aceitação das diferenças, da construção de seres humanos abertos ao diálogo, à escuta, ao cuidado, pois conforme dizia Paulo Freire, a educação não muda o mundo, ela muda as pessoas. Para tanto, os educandos precisam, desde a mais tenra idade, aprender a conviver com o outro e a conhecer a riqueza que o outro tem a lhe oferecer, evitando incompreensões geradoras de ódio e violência. Partindo-se dessa premissa, pode-se afirmar que

“a descoberta do outro é fundamental para a redescoberta de si mesmo. Isto só acontece num diálogo fecundo entre o eu e o tu, sem preeminência de um sobre o outro, mas de forma interativa, recíproca, generosa. Essa atitude de autêntico diálogo abre espaço para a localização e o reconhecimento de um ponto de convergência” (VELOSO, 2001, p. 81).

Para que se descubra, de fato, quem é o outro, se faz necessário ensinar às pessoas a arte de observar, de olhar de verdade para o outro vendo-o e percebendo a riqueza que ele traz em si. Além disso, o descobrimento do outro se faz ouvindo o que ele tem a dizer, com toda a atenção que ele mereça, dando-lhe a liberdade de se expressar e, sobretudo, tratando-o com o maior respeito, sem qualquer preconceito. Por fim, essa relação de respeito mútuo cria um caminho em que se fala e se ouve, estabelecendo uma relação dialógica entre os diferentes:

“No processo da fala e da escuta a disciplina do silêncio a ser assumido com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é um “*sine Qua*” da comunicação dialógica. O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua palavra, que é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la. Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo. É preciso porém que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer” (FREIRE, 1996, p. 116, grifos do autor).

Conclusão

Nosso momento histórico é singular: ao mesmo tempo em que vivemos um salto quantitativo no volume de conquistas empreendidas nos campos científico e tecnológico, assistimos a um decréscimo qualitativo nas relações entre os seres humanos, num processo marcado pelo individualismo e pela valorização do padrão de vida — quanto mais se puder comprar, quando mais se puder ter, melhor!

Nessa lógica consumista e individualizante, vive-se o paradoxo de um isolamento num mundo marcado pelo que já houve de mais moderno na história das comunicações: graças às modernas tecnologias de informação, o planeta Terra está cada vez menor, e nessa vizinhança planetária, as diferenças entre as culturas se torna cada vez mais visível aos olhares de todos.

Nesse mundo em que a tecnologia nos aproxima, as diferenças culturais têm nos afastado, e esse afastamento, muitas vezes, reflete em atos de preconceito e intolerância que descambam para a violência pura e simples. Nestes nossos tempos, muita gente mata por dinheiro, por ideologias políticas, por terras, por petróleo e até pela fé.

Vivemos em um momento onde é preciso buscar as bases para um mundo melhor. E cabe a cada um, em seu cotidiano, trabalhar para construir esse novo mundo, a partir de uma nova consciência. Uma das bases a essa nova consciência está no respeito à diversidade, à riqueza que existe no diferente, e está na educação uma das chaves para levar cada pessoa a refletir criticamente sobre seu papel no mundo e sobre o valor do outro, em sua inteireza.

Nesse sentido, e levando em conta o sentimento religioso que marca a existência da humanidade, tendo presente a clareza sobre as dificuldades que perpassam as relações sociais quando as discussões giram em torno das crenças de cada um, ou de cada grupo, é que se coloca ao Ensino Religioso um grande desafio: o de agir como uma área de conhecimento inserida nesse universo em transformação, que tanto exige da escola como um todo, e o de perceber e valorizar as diferenças, levando os indivíduos a compreender, respeitar e conviver com as diferenças, conhecendo a partir delas a riqueza que há nos outros.

“[nosso] planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas. Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades; esta deve ser a tarefa da educação do futuro” (MORIN, 2001, p. 104).

Por fim, tendo a clareza de que o ser humano é religioso por natureza, e de que ele possui a capacidade de aprender, é preciso resgatar essa dimensão do educando para além do intelecto, educando para a vida, educando para o cuidado, educando para a paz, enfim educando para a pedagogia da alteridade!

Referências Bibliográficas

DELORS, Jaques. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez / Brasília, DF: MEC-UNESCO, 2001.

FERNANDES, Maria Madalena. **Afinal, o que é o Ensino Religioso?** São Paulo: Paulus, 2000.

FREI BETTO. **Alteridade**. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=7063> . Acesso em: 06 set. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUEN, Wolfgang. **O Ensino Religioso na escola.** Petrópolis: Vozes, 1995.

HEERDT, Mauri Luiz. **Construindo ética e cidadania todos os dias.** Florianópolis: Sophos, 2005.

JAEGER, Werner. **Paidéia.** A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes / Brasília: UNB, 1989.

LAMA, Dalai. **Uma ética para o novo milênio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez / Brasília, DF: UNESCO, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nações Unidas no Brasil. Documentos. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 19 novembro 2007.

SAVATER, Fernando. **Política para meu filho.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHEMES, Jorge. **A ética da alteridade na educação.** Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 1, n. 1, p. 19-32, jul./dez. 2005
<http://revistacientifica.famec.com.br/ojs/include/getdoc.php?id=16&article=4&mode=pdf%20>

SMITH, Huston. **As Religiões do mundo.** Nossas grandes tradições de sabedoria. São Paulo: Cultrix, 1986.

VALLS, Álvaro. **O que é ética.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

VELOSO, Dom Eurico dos Santos. **Fundamentos filosóficos dos valores no Ensino Religioso.** Subsídios pedagógicos. Petrópolis: Vozes, 2001.